

Em Cima da Hora
No fechamento desta edição recebemos a informação de que o secretário-executivo da Fundação São Paulo, Padre Rodolpho Perazzolo, em contato com a APROPUC informou que para o 1º semestre de 2015 a atribuição de aulas ainda será feita segundo a deliberação 03/2011, que atualmente rege os contratos docentes.

PUC Viva

Nº 928 - 27/10/2014

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

APROPUC REIVINDICA MANUTENÇÃO DE REGRAS CONTRATUAIS PARA 2015

A APROPUC enviou ofício à Fundação São Paulo (Fundasp) solicitando que sejam mantidas as atuais regras contratuais para o próximo semestre (veja íntegra nesta página). Como as discussões do Grupo de Trabalho (GT) para a discussão do Contrato de Trabalho terminaram sem que a Fundasp indicasse uma proposta a ser encaminhada aos órgãos colegiados, existe o temor de que medidas que prejudiquem o professorado possam ser tomadas para o primeiro semestre de 2015.

Desde agosto deste ano um grupo de trabalho formado por cinco diretores de Faculdade, a Fundasp e a Reitoria, estando a APROPUC na condição de observadora, discutiu diversas situações contratuais para alterar a forma de contratação docente na PUC-SP. Durante o processo a APROPUC esteve atenta às diversas propostas de cunho fundamentalmente mercantilista que iam contra as conquistas docentes na PUC-SP, desarticulando ainda mais o já frágil tripé ensino/pesquisa/extensão.

A entidade espera que qualquer mudança de contrato preserve e avance nas conquistas dos professores da PUC-SP.

Manifestação da APROPUC sobre Tabela Contratual para Atribuição de Aulas em 2015

Prezado Secretário,

Ao serem encerrados os trabalhos do "GT Contratos" em 13/10/2014 p.p., com a afirmação de S. Revma. quanto à indefinição de implementação do novo contrato para o ano de 2015, e considerando que todos os departamentos da universidade já definem os horários dos professores para o próximo ano, a APROPUC-SP, enquanto legítima representante do corpo docente da PUC-SP, vem, por meio deste, solicitar à Fundação São Paulo que os parâmetros de atribuição de aulas se

pautem pela Deliberação 03/2011, até que novo contrato venha a ser discutido, aprovado e implementado.

Em que pesem as restrições que a APROPUC já manifestou quanto aos efeitos da aplicação da citada Deliberação, porquanto a posição da entidade é no sentido de que o contrato de trabalho deve contemplar, verdadeiramente, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, tal como, em alguma medida, eram dispostos na Deliberação 65/78, a qual representou, como se sabe, significativo avanço na política contratual

desta Universidade, a APROPUC-SP entende que, neste momento, a manutenção da Deliberação 03/2011, em patamares que já vêm sendo aplicados, evitará maiores danos aos direitos dos professores.

A APROPUC espera que a PUC-SP possa, brevemente, recuperar o contrato de trabalho para que o mesmo passe a contemplar Ensino, Pesquisa e Extensão como uma conquista da qualidade de ensino e trabalho docente.

João Batista Teixeira da Silva
Presidente da APROPUC-SP

A PROPUC Convida para lançamento da Cultura Crítica
A RESISTÊNCIA ARTÍSTICA À DITADURA MILITAR
Debatedores:
Carina G. F. Costa (USJT)
Prof. Ms. Valdir Mengardo (PUC - SP)
Profª Drª Rosângela Patriota (UFU)
Coordenação:
Prof. Ms. João B. Teixeira da Silva
Dia 30/10 às 19h
Auditório 100 PUC-SP
Certificados para todos os participantes
PARTICIPAÇÃO MUSICAL: MAURO AMORIM

Escritório modelo entra em greve

Na terça-feira, 14/10, o Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns paralisou suas atividades parcialmente, visto que houve corte no subsídio advindo da Defensoria Pública do Estado por meio de convênio com a Fundasp, o que representou uma redução de

12% na remuneração dos técnicos.

A redução nas remunerações não é o único problema do escritório, a infraestrutura é precária, pois faltam mesas, materiais diversos, computadores, salas que comportem adequadamente técnicos e estagiários e outras falhas da estrutura.

Pela inexistência do plano de carreira, os profissionais trabalham no escritório por um curto período de tempo, o que faz com que o ambiente de trabalho seja muito rotativo e prejudique a relação com os assistidos.

O escritório já conseguiu cerca de 1200 assi-

naturas físicas e em torno de 240 na petição online. Para assinar, basta acessar o link: secure.avaaz.org/po/petition/Estudantes_Professores_Funcionarios_Impecam_o_corte_arbitrario_de_remuneracao_dos_tecnicxs_do_Escritorio_Modelo/edit.

Carta do Escritório Modelo

O que é o escritório?

O Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, em cumprimento à Portaria no. 1.886/94 do Ministério da Educação (MEC), que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, foi inaugurado em 1999, enquanto Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da PUC-SP. Atualmente, este Escritório Modelo configura o maior núcleo de prática jurídica da América Latina, bem como mantém o maior convênio com a Defensoria Pública do Brasil.

A criação desse espaço vem reafirmando a tradição da PUC de constituir uma universidade voltada à construção do conhecimento crítico e atenta às demandas populares.

Enquanto Núcleo de Prática Jurídica, os estudantes são orientados pelos técnicos - advogados, assistentes sociais, arquiteto e psicóloga - no âmbito do respectivo estágio por meio do aprendizado prático e reflexão sobre a rotina profissional, sob uma perspectiva interdisciplinar. Tal orientação se dá, efetivamente, na conjuntura de uma sociedade marcada pela desigualdade social, falta de acesso à justiça e desconhecimento de direitos, sobretudo pela camada socialmente vulnerável da população.

As atividades do Escritório Modelo desenvolvem-se por meio da prestação de assessoria jurídica integral e gratuita, conduzidas pela integração das áreas do Direito, Serviço Social e Psicologia, e organizam-se em dois setores, a partir da dimensão individual e coletiva na atuação jurídico-social. Atualmente, estima-se que o setor Contencioso, sob a perspectiva da tutela individual, possui mais de 5.000 processos judiciais, atendendo aproximadamente 15.000 pessoas; por sua vez, o setor dos Projetos Sociais, sob a perspectiva coletiva, atua em mais de 60 comunidades, atendendo, ao todo, aproximadamente 30.000 famílias.

Evidente, portanto, que a atuação do Escritório Modelo, ao longo de sua história, vem desempenhando no âmbito da comunidade, importante papel jurídico, político e social, assegurando à população de baixa renda o efetivo acesso à justiça e a educação em direitos, com vistas a garantir seu protagonismo nos processos e a efetiva emancipação social.

Então, o que vem acontecendo?

Em que pese a sua importância no contexto social da cidade de São Paulo, e a obrigatoriedade de sua manutenção enquanto Núcleo de Prática Jurídica - de acordo com as disposições do MEC - o Escritório Modelo da PUC-SP vem passando, no âmbito interno, por muitas dificuldades, por conta de uma verdadeira precarização na sua estrutura de trabalho. As atividades da prática jurídica são custeadas em quase sua totalidade pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do convênio firmado com a Fundação São Paulo (mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Ocorre que, recentemente, de forma abrupta e arbitrária, a Fun-

dação São Paulo deixou de repassar, aos técnicos do Escritório Modelos, os valores que subsidiavam os tributos devidos por estes profissionais. Tal medida acarretou a redução de suas remunerações em aproximadamente 12%, remunerações que, historicamente, já se apresentavam irrisórias, sem sequer serem corrigidas pelo índice anual de inflação. Este corte, definido sem qualquer respaldo que o motivasse - com exceção das supostas crises financeiras - , tampouco foi construído com as trabalhadoras e trabalhadores que sobrevivem com esta remuneração.

E quais são as consequências desta decisão?

Ressalta-se que o Escritório tem como premissa básica a socialização dos direitos humanos, entretanto isso não se verifica em sua plenitude dentro do próprio ambiente de trabalho. Assim a luta pela garantia de direitos se dá, no máximo, da sua porta de entrada para fora, afinal inúmeros são os problemas por que passa a entidade, problemas estes que se estendem desde a questão estrutural, uma vez que faltam mesas, materiais diversos, computadores, salas, para tecnicxs e estagiárixs, inviabilizando a realização de um trabalho social efetivo e com a qualidade que reclama.

Não bastasse, não raras vezes os próprios profissionais precisam despender recursos próprios para custear despesas com transporte, estacionamento, cópias, alimentação, serviço eletrônico de publicações etc.

É importante dizer que este não é apenas um descaso pontual da Fundação com o Escritório Modelo; o corte faz parte de um movimento mais amplo que já existe há anos e pelo qual a mantenedora procura enxugar gastos e impor seu próprio projeto político-pedagógico à universidade. Assim, a desatenção ao Escritório se insere na mesma tendência de quebra da democracia e autonomia universitárias, do aumento constante das mensalidades, da tentativa de fechamento dos cursos "não lucrativos" e na precarização dos contratos dos professores e funcionários. Cabe salientar, no entanto, que o mais prejudicado com esse contexto é o assistido.

Os profissionais, em virtude das baixas remunerações e da precarização do trabalho, ao longo dos 14 anos de existência do Escritório Modelo, tendem a permanecer no espaço por curto período, tornando-o um ambiente rotativo de trabalho pela incessante substituição da equipe, o que dificulta a criação de vínculos de confiança com a população assistida. Importante ressaltar que a situação reflete diretamente na formação dos estudantes, à medida que os técnicos não dispõem de tempo hábil ou estrutura para desempenharem, com a devida qualidade, a função de orientadores. Assim, a decisão da FUNDASP falta com respeito com os técnicos, estudantes e, principalmente, com a população que usufrui dos serviços prestados.

Diante de tal situação nós, estagiárixs e tecnicxs, suspendemos parcialmente nossas atividades - sem que a população atendida seja prejudicada - até que condições mínimas de trabalho sejam viabilizadas.

Semana debate violência e jornalismo

A 36ª Semana de Jornalismo da PUC-SP ocorreu entre os dias 20 e 24 de outubro e teve como pano de fundo o tema: "Olhares sobre a Violência". Na manhã de quarta-feira, dia 22, o auditório 239 recebeu a mesa "Disputa pela Terra: questão agrária e indígena", com a presença dos jornalistas Cristiano Navarro, do Le Monde Diplomatique, Maurício Hashizume, da Repórter Brasil, e Luiz Felipe Albuquerque, do setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Navarro concentrou sua fala na contextualização do agronegócio no Brasil, relacionando-o com a posse da terra, o acúmulo de capital e as relações de poder no país. O jornalista apresentou também a relação entre o agronegócio e o neoliberalismo: "Depois da quebra que ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, o país se apoia nas commodities, fomentando uma falsa ideia de capital produtivo, porque a produção é jogada no mercado financeiro não com o seu valor real", explica, acrescentando, ainda, que não há limite para essa exploração.

Hashizume, por sua vez, explicou o contexto de 'colonialidade', por ele estudado. "É algo que está além do colonialismo, a matriz em que há um homem branco, superior, que estabelece regras", diz. Para que isso se mantenha, ele explica que há também o 'colonialismo interno', ou seja, padrões que, a partir dessa 'colo-

nialidade', regem o país, determinando a hierarquia que existe no interior daquele lugar. Nesse sentido, Hashizume acredita que a imprensa atua na perpetuação desses ideais.

Já Albuquerque acredita que o conflito agrário existente hoje não está muito claro, pois o agronegócio é tido como o principal setor da economia brasileira atualmente. Para ele, entretanto, atuam com esse setor os inimigos a serem combatidos, que perpassam pelo âmbito financeiro, por proprietários de terra, montadoras e pela própria imprensa. Assim, o jornalista acredita que a reforma agrária deve ser encarada hoje como popular. "Passa a ser uma tarefa de toda a sociedade brasileira, porque incorpora fatores que afetam a população, como o uso de agrotóxicos, um problema de saúde pública", explica.

Na manhã de quinta-feira, 23, o tema do encontro foi "Impactos de um Jornalismo Violento", que pretendia analisar a relação entre mídia e violência. A mesa contou com a presença da psicóloga Maria Angélica Dias, do também psicólogo Dirk Belau, que trabalha com Comunicação Não-Violenta, além de Vitor Blotta e Eduardo Canesin, do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP).

Maria Angélica discorreu sobre como a precarização do trabalho jornalístico, aliada à era da internet, na qual um jornalista fica responsável por muitas funções,



Debate sobre os impactos de um jornalismo violento, com a presença de Maria Angélica Dias, Dirk Belau, Vitor Blotta e Eduardo Canesin, além do professor Silvio Mieli e a estudante Beatriz Ávila

acaba atrapalhando a cobertura jornalística em casos de violência. "O jornalista não tem tempo para digerir a situação, nem alguém para conversar com ele sobre aquilo", explica. Além disso, ela expõe que pesquisas (ainda não concluídas) mostram que a repetição e a publicação de imagens de violência podem ter efeitos tanto de raiva e vingança quanto de incentivar a perpetuação do que é retratado.

Dirk Belau focou na concepção da Comunicação Não-Violenta, que não tem foco no jornalismo, mas que pode ser aplicada na profissão. Os principais pontos dessa ideia são: observar sem julgar, entender o sentimento do outro e o próprio, definir necessidades e pedir específica e completamente, ou seja, conversar com a vítima com responsabilidade, sem criar uma relação de poder.

Já os estudiosos do NEV/USP, que pautam seus estudos em casos de linchamento, entendem que os programas policiais podem influenciar na perpetuação da violência e elencaram três motivos que explicam isso: o sensacionalismo que mantém a atenção, a construção de uma aparência de autoridade para o apresentador e a construção de uma visão de mundo própria daquele programa, que passa sensação de insegurança generalizada.

Foi consenso entre os participantes da mesa e entre professores e alunos presentes que no jornalismo, os limites entre a denúncia e a perpetuação de um sentimento violento são tênues. "Não existe resposta. O que podemos é pensar numa ideia de respeito aos direitos humanos, ao reconhecimento da subjetividade do suspeito e da vítima", afirma Blotta.

XIV Semana de Ciências Sociais acontece na PUC-SP

Entre os dias 20 e 24/10 aconteceu a XIV Semana de Ciências Sociais da PUC-SP, com o tema "Para além das eleições: temáticas, agentes e movimentos". Organizada pela faculdade de Ciências Sociais, a semana contou com a presença de professores da PUC-SP, Mackenzie, USP e outros. Entre os temas debatidos, estiveram o cotidiano de crianças pequenas em bairros peri-

féricos, com Silvana Tótora (PUC-SP), Hermílio Santos (PUC-RS) e Natasha Bachini (FMU), a conferência sobre politização da arte e estetização da sociologia com Miguel Chaia, Eleições e democracia com Rosmary Segurado (PUC-SP), Edson Nunes (PUC-SP) e Vera Chaia (PUC-SP) e outros temas atuais.

Na quinta-feira, o professor

Lúcio Flávio Rodrigues, do departamento de política da PUC-SP, Francisco Fonseca (PUC-SP/FGV) e Vanderlei Nery (PUC-SP) debateram os 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Os pesquisadores contextualizaram a economia e política brasileiras pré-golpe, mostrando a situação brasileira e o processo dos militares e dos Estados Unidos para implantar a Ditadura Militar no Bra-

sil em abril de 1964. Para encerrar a semana, estava programado o debate com Marijane Lisboa (PUC-SP), Liszt Vieira (Greenpeace) e Fernanda Giannasi (Ambientalista) discutiram a ausência da questão do meio ambiente nas eleições de 2014, enquanto a noite o tema foi Intolerâncias, com Carina Rocha (PUC-SP), Gil Santos (LGBT), Carla Garcia (PUC-SP) e José Paulo (PUC-SP).

Andes realiza encontro de instituições privadas de ensino na APROPUC

No último final de semana aconteceu o Encontro Nacional do Setor das Instituições Privadas de Ensino Superior, organizado pelo Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) na sede da APROPUC. O encontro tinha algumas pautas já determinadas, como por exemplo, a discussão das condições de trabalho e precarização, as perspectivas políticas e jurídicas da carreira docente e possibilidades de ações conjuntas para o enfrentamento de problemas crônicos no Setor das IPES (Instituições Privadas de Ensino Superior), assim como o indicativo de uma plenária para definição de encaminhamentos.

O Andes, apesar de não poder representar o interesse dos docentes das IPES, do ponto de vista formal jurídico, defende e apoia a construção de uma organicidade do setor. Lighia Matsushige, que compõe o

Andes e a ADUSP (Associação dos Docentes da USP), acredita que "o Andes não pode estar à frente, mas deve ajudar como pode" nas negociações.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Acrescenta ainda que é preciso analisar as formas de organizações dos docentes, uma vez que o medo de participar dessas organizações é muito grande entre os professores, pois muitos são demitidos assim que começam a reivindicar melhores condições de trabalho.

No sábado, a discussão passou por diferentes assuntos, com relatos dos participantes do evento sobre a situação das universidades em que trabalham e questões gerais como a situação de precarização do trabalho dos docentes das IPES e a falta de representatividade desse setor nas instituições sindicais existentes.

Durante o processo de identificação dos principais problemas enfrentados pelos professores das IPES foram levantadas as questões da falta de isonomia salarial, a falta de liberdade docente, a involução salarial e da carreira e a sobrecarga do trabalho em função da adoção de um esquema de controle maior sobre as avaliações e preparação das aulas, sem que exista uma remuneração por isso - comprometendo o tempo disponível para estudos, pesquisa e planejamento de atividades docentes.

RESOLUÇÕES

Já no domingo, os docentes tentaram identificar as possíveis ações de enfrentamento a essa situação. Entre as estratégias apontadas está a criação do Fórum de Educação Superior no estado de São Paulo, a elaboração de pesquisas para identificar as características do trabalho docente nas IPES e a criação de um boletim eletrônico para a divulgação das atividades dos grupos organizados com esta temática.



VICTORIA AZEVEDO

Na sede da APROPUC professores se reúnem para debater a situação das instituições particulares de ensino

APROPUC cobra posição da Fundasp para resolver questão da dívida de 2005

A APROPUC enviou ofício à Fundação São Paulo (Fundasp) solicitando uma manifestação da mantenedora para discutir a questão referente à sua dívida com os professores que, no ano que vem, estará completando 10 anos.

No dia 14/10, em reunião com a diretoria da entidade dos professores, a Fundasp manifestou seu interesse em encontrar uma solução negociada para a questão do não pagamento do reajuste salarial de 2005.

A dívida de 2005 refere-se ao não pagamento do índice de

reposição salarial daquele ano, que atingiu 7,66% do salário de cada professor. A Fundasp fez uma proposta de forma individual para que 60% da dívida fossem pagos aos professores.

Uma parte dos docentes optou pelo acordo, porém outra parte continuou com a ação, que já se saiu vitoriosa em duas instâncias. Neste ano a Fundasp solicitou a retirada temporária da ação para que as partes pudessem negociar formas de quitar a dívida. Porém, até o momento, esta negociação não aconteceu.

FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

ASSOCIE-SE À APROPUC

Defenda seus direitos

Basta entrar no site www.apropucsp.org.br, escrever para apropuc@uol.com.br, telefonar para 11 3872-2685 ou inscrever-se na sede da entidade, à Rua Bartira 407

GAUCHE NA VIDA

Compromisso radical com os trabalhadores

José Arbex Jr.

"Há uma guerra civil em curso no Brasil. Uma guerra não declarada, mas funcionando. A ditadura militar não promoveu - pode-se dizer o que quiser do regime militar, mas não promoveu - uma guerra civil permanente" contra a população trabalhadora e pobre da periferia, afirma Vito Letizia. E completa: "Isso nós temos que deixar bem claro, temos a obrigação de denunciar esse troço. Esse negócio é pior do que a ditadura militar. O estado que nós temos no Brasil é um estado de guerra civil, isso é inaceitável num regime democrático e para um povo que tenha o mínimo de dignidade. Nós temos que dizer isso. É uma guerra civil inaceitável."

A análise faz parte do livro *Diálogos com Vito Letizia - Contradições que movem a história do Brasil e do continente americano*, da editora Alameda, com lançamento marcado para 28 de outubro, na sede da APRO-PUC. O livro é o resultado da elaboração coletiva de um conjunto relativamente heterogêneo, cujos integrantes compartilham o fato de terem convivido, atuado politicamente e/ou estudado com Vito Letizia, militante marxista que dedicou a vida ao combate pela transformação do mundo. Parte do

grupo é formada por ex-alunos do curso de Economia Política por ele ministrado, durante duas décadas, na PUC-SP. Outra parte é formada por ex-militantes da Organização Socialista Internacionalista (OSI, trotskista), da qual Vito foi um dos principais dirigentes, entre 1975 e 1986.

O grupo, sabedor de que Vito foi diagnosticado com câncer do pâncreas - doença que o levou à morte, aos 74 anos, em 8/7/2012 - propôs um desafio ao mestre e camarada: promover uma interlocução, por meio de entrevistas, sobre os acontecimentos políticos, ideológicos e sociais que deram forma ao mundo e ao Brasil contemporâneos, com ênfase específica no debate sobre os rumos do marxismo. O desafio, aceito por Letizia, resultou em quase cem horas de entrevistas, feitas em sua casa, em Gramado (RS). Os arquivos, gravados na forma de vídeo, serão, eventualmente, disponibilizados on line e foram transcritos para edição em suporte impresso. O presente livro é o primeiro resultado desse processo.

Ao debater a prática do morticínio sistemático da população jovem das periferias brasileiras pela PM e, mais recentemente, também pelas Forças Armadas, Letizia evoca, de forma surpreendente, a figura já extinta do "malandro" que reinava nos mor-

ros cariocas. Observa que a política de guerra às drogas, inspirada em técnicas, treino e armas fornecidos, principalmente, pelos Estados Unidos e por Israel, acabou com a figura do traficante que, ao mesmo tempo, era sambista, organizador do "jogo do bicho" e mediador informal das relações entre o asfalto e a favela. As UPPs, extraídas da experiência da ocupação do Haiti por tropas brasileiras, trata a população dos morros como um contingente estrangeiro a ser controlado, vigiado, domesticado. O "malandro" cedeu lugar ao traficante armado até os dentes, também ele um agente do terror diante da população acuada entre fogos.

É lícito discutir se o que está em curso é mesmo uma guerra civil. Alguns preferem falar em extermínio, outros em genocídio da juventude negra, outros ainda, em "gentrificação" provocada pela especulação imobiliária. O que não se coloca em questão é a magnitude da catástrofe, que ostenta algumas mais altas taxas de homicídio e execuções extrajudiciais do planeta. Contudo, sofre-mos a contínua "banalização do mal", e é isso que explica o tom exasperado de Letizia: um dos efeitos mais perversos da prática contínua da violência é a sua naturalização, como se fosse "normal" o fuzilamento diário de quase

duzentos seres humanos nas mãos da polícia, de milícias e de narcotraficantes e bandidos de toda espécie.

Da mesma forma, talvez cause estranheza a afirmação de que vivemos, hoje, tempos piores do que os da ditadura. Mas, os brasileiros que nasceram a partir dos anos 80 do século passado já não poderão se recordar de uma época, não tão distante assim, em que, mesmo em São Paulo e no Rio era possível ao cidadão comum andar à noite pelas ruas sem o contínuo sobressalto, o temor de ser abordado por policiais ou agredido por gangues. Em que os telenoticiários não eram dominados por figuras sinistras e bizarras como Rachel Sheherazade, Marcelo Rezende e José Luiz Datena. E em que havia um grau bem maior de civilidade entre as pessoas.

Claro que não existe aí nenhuma espécie de idealização de um passado supostamente idílico. Está em questão a necessidade urgente de explicitar e compreender o surgimento de um quadro qualitativamente novo das relações entre o Estado e a nação. A urgência decorre do fato de que o verniz democrático que caracteriza o funcionamento das instituições contemporâneas apenas encobre, com

continua na próxima página

continuação da página anterior

eficácia, a imensa tragédia vivida pelas periferias.

Com paixão, erudição e sensibilidade, Letizia se refere aos principais momentos da história brasileira e do continente americano. Propõe uma abordagem original e provocadora, por exemplo, ao analisar o "varguismo", ao comparar as figuras de Prestes e Lula, ao discutir os rumos do PT e do trotskismo no Brasil. Formado na mais exigente tradição marxista, Letizia se recusa a torcer os fatos para ajustá-los à teoria. A honestidade intelectual o leva a admitir, por exemplo, que, no Brasil, a ditadura - em

cujas prisão foi torturado, e depois confinado a dezoito meses de solitária - criou dez milhões de empregos, erradicando do horizonte possível, à época, a hipótese de vitória da luta revolucionária armada, como ocorrera em Cuba, em 1959. Também faz com que avalie criticamente sua própria incapacidade - como, de resto, demonstrada pela esquerda, em geral - de entender a natureza das manobras da burguesia brasileira, em 1984, com o lançamento do Movimento Diretas Já, que logrou o objetivo de aplinar o caminho para a transição, com a condução de José Sarney ao cargo de presidente da República, por meio do Colégio Eleitoral.

Claro que, novamente, estamos diante de afirmações polêmicas, como muitas ao longo do livro. Mas não são afirmações lançadas pour épater le bourgeois. Elas traduzem uma determinada concepção da história, enformada sobretudo pela defesa dos interesses e aspirações mais profundas dos trabalhadores, das nações e dos povos oprimidos. Expressa a determinação de contribuir para a elaboração de reflexões que conduzam à transformação social, ao encontro da nação com a sua própria verdade, tal como se mostrou, por exemplo, em Canudos. Nesses tempos inglórios, em que triunfam as nulidades, uma demonstração tão qualificada e intran-

sigente de comprometimento constitui, por si só, o mais valioso tesouro que qualquer pensador ou militante poderia oferecer aos seus leitores.

José Arbex Jr. é jornalista e professor do Departamento de Jornalismo

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Alunos de jornalismo pedem reconhecimento de horas complementares

Chegou ao nosso conhecimento que as listas de presença das semanas de jornalismo foram perdidas.

Comparecemos regularmente às sessões de debates e atividades da semana de jornalismo dos anos 2011 e 2012. Foi informado pelo departamento que as listas do ano de 2013 não foram perdidas, e, portanto, não há necessidade de comprovar a presença dos estudantes neste evento, mas apenas nos anteriores.

A nossa presença poderia ser confirmada, se o departamento tivesse as listas que nós assinamos. Como o departamento perdeu essas listas, não cabe a nós provar que estivemos presentes em todos os debates dos anos já citados.

Não podemos ser pu-

nidos por uma falha do departamento, sendo que era deus a responsabilidade pela guarda do documento.

Nós, alunos de jornalismo do 4º ano, 8º semestre, dos períodos matutino e noturno, abaixo assinados, exigimos o reconhecimento das horas investidas:

Maíra Fraga Rizzato, Bianca Beneduzi Ferrari, Anna Gabriela Coelho, Vinicius Montoia Magalhães, Thais Genu, Majori Bertolotti, Julia Figueira, Kauana Araujo Moreira, Maíra Simões, Felipe Aquino, Laura Nogueira, Shênia de Souza Junho, Juliana Fernandes Do Nascimento, Larissa Pavan, Raphael Lima, Amanda Cursino de Araujo, Fernanda Peixoto de Miranda, Larissa Zaidan de Oliveira Freitas, Paula

Vidal Dizioli Fernandes, Débora Lopes, Tatiana Montiel Munhoz, Enrico Stievano Ferreira Barbosa, Beatriz Ferraz, Roberta Smolka Adena, André Landgraf Goulart, Gabriela Ingrid da Silva, Diego Domingues Calheiros, Cecília Garcia Gonçalves, Anali Dupré, Jessica Gomes Portasio, Sabrina Haick, Andreza Ballam, Thais Rocha Pinheiro, Natália Keiko, Eduardo Araujo Ramos, Nathália Borges Almeida Penteado, Murilo Uchôa, Mathews Maropo, Stéphanie Bottini Bocomino, Fabio Ribeiro Ramos, Maria Antonia Paschoal, Pedro Torres Ceballos de Almeida, Gisele dos Santos Barata Lima, Letícia Naísa Acerbi da Silva, Vivian Sayuri Leite K. Ito, Mariana Garcia Conte, Natha-

lia Barbosa dos Santos, Jorge Kuni Kanazawa, Bruna Garcia Pannunzio, Bruno Laforé Lopes, Jacqueline Elise Wittmann, Letícia Zivieri Rufino, Beatriz Soriano T. Pagamisese, Renata D'Assumpção Silva, Vinicius Costa Ferreira, João Quero, Rebeca Tosta, Fernanda Pithan, Rafael Magalnik, Pedro Araújo Ibrahim Hallack, Paulo Mifano Motoryn, Pedro Jorge Ferrari, Tarsila Megumi Zamami, Isabel Harari, José Renato Antunes Siqueira, Olivia Choi, Mariana Mendonça Tessitore, Carolina Guarini Rodrigues dos Reis, Marina Lopes da Costa, Patricia Athié Gebara, Guilherme Almeida, Amanda Rigamonti, Leandro Carrasco, João Marcos Previattelli, Helen Macedo, Laura Sarkovas.

MOVIMENTOS SOCIAIS

PM prende estudante durante manifestação na Paraíba

A Polícia Militar, em operação sob comando da Justiça Eleitoral, prendeu um estudante de psicologia da UFPB no dia 16 de outubro, durante manifestação política na Praça da Alegria. Funcionários e estudantes lançaram nota protestando contra a detenção, chamando-a de "injusta" e denunciando sua truculência.

Para os docentes, discentes e técnico-adminis-

trativos, a universidade não é "uma mera repartição burocrática de expedição de diplomas e certificados", ou seja, ela é um espaço com liberdade e circulação de ideias. Além disso, a nota explícita que a manifestação que acabou com a prisão do jovem foi de caráter cidadão, e não eleitoral - ela não foi convocada por um Comitê de partido e nenhum candidato ou parlamentar estava presente.

No texto, há a reclamação que desde a ditadura militar não se via algo tão repressor na UFPB. "Qual a necessidade de a fiscalização da Justiça Eleitoral reprimir uma manifestação democrática, deter um estudante, acionar a Polícia Militar a usar armas de poder letal, a exemplo de rifles posantes, e de instrumentos de dissuasão, tais como spray de pimenta e armas de choque elétrico?", questiona.

Militante do PCB é hostilizado em evento na UERJ

Mauro Iasi, militante e candidato do PCB à presidência, foi hostilizado depois de criticar Barack Obama durante um debate na UERJ, "Marxismo, Panafrikanismo e Racismo nos movimentos sociais do mundo" no dia 15 de outubro. A atividade fazia parte do seminário "Fela Kutí (A educação e os movimentos sociais)", organizado internamente na universidade. Além de Iasi,

participaram Carlos Moore e Maurício Campos.

O militante do PCB defendeu o governo Obama durante uma fala, considerando-o como um avanço para a comunidade negra e declarando que "preferia ver a América Latina com vários Obamas do que dominada por marxista racista". Imediatamente foi hostilizado por parte da plateia, que afirmava que Iasi, assim como Marx, era

racista. O mediador do debate também se posicionou, concordando com o ponto de vista de Mauro, e foi igualmente hostilizado, xingado de traidor a serviço "do branco opressor" e foi forçado a se retirar do local do debate.

O Movimento Negro Socialista repudiou a agressão e afirmou que não é aceitável que atitudes fascistas ocorram em espaço de discussões políticas.

Professores da UFF repudiam medidas disciplinares repressoras

Em maio de 2014 ocorreu na área externa do Campus Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense um evento performático de encerramento do "II Seminário sobre Corpo e Resistência", organizado pelo Departamento de Estudos Culturais que compõe o Instituto de Humanidades e Saúde (RHS). A performance causou polêmicas e acusações pela imprensa sensacionalista, e a reitoria, fazendo eco às denúncias provenientes da mídia, instaurou

uma comissão de sindicância para apuração dos fatos, e foi descoberto pelos estudantes e professores que o documento final indica a instalação de um processo administrativo disciplinar e nomeação de comissão que dará prosseguimento ao mesmo. Professores repudiaram em nota tais ações da reitoria, recolhendo assinaturas de outros departamentos e entidades. A APROPUC apoia integralmente a luta dos professores da UFF por menos repressão e mais democracia.

Líder camponês é assassinado

Na quarta-feira, 22/10, mais uma liderança camponesa foi assassinada. Cleomar, que liderava o movimento camponês em Pedras de Maria da Cruz (MG), foi brutalmente assassinado em meio a conflitos envolvendo latifundiários interessados em terras ocupadas pelos militantes. Os membros do movimento pedem urgentemente a reforma agrária no Brasil.

Estudantes desaparecem no México

Foi organizada uma jornada internacional de manifestações na quarta-feira, 22/10, contra o desaparecimento de 43 estudantes da Escola Rural de Ayotzina-pa em Iguala, no México. Desde 26 de setembro os estudantes estão desaparecidos e a principal reivindicação dos atos, que foram realizados também em São Paulo e no Rio de Janeiro, é que eles reapareçam com vida.

Em setembro as autoridades detiveram 50 pessoas que estavam supostamente envolvidas, mas o governo diz que ainda não sabe o que aconteceu com os jovens depois que foram detidos em Iguala e entregues a pistoleiros de um cartel de drogas em 26 de setembro. O desaparecimento dos estudantes gerou comoção mundial e tornou nítida a ligação do governo local com cartel do narcotráfico. O prefeito José Luiz Abarca Velázquez está foragido, visto que sua ligação com o cartel Guerreros Unidos foi publicizada.

Em resposta, os estudantes e professores da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e de diversas escolas locais estão realizando uma paralisação pelo aparecimento com vida dos estudantes normalistas.

Encontro Internacional da AIT começa nesta semana

A Associação Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores (AIT) organizou o encontro internacional em comemoração aos 150 anos da entidade. Nos dias 29 e 30 de outubro o evento será realizado na Unicamp; de 30 e 31 na USP e na Unifesp; dia 31 de UFBA; 3 de novembro na UFRJ e na UFF; 24 a 30 na UFRGS; 27 na UFRN; 30 na UFRB e 3 de novembro na UFMG.

ROLA NA RAMPA

Semana de História analisa ditadura militar

Entre os dias 28 e 31/10 acontece a Semana do curso de História da PUC-

SP. Com debates sobre as "Memórias da Ditadura e da Transição: permanências,

resistências e direitos humanos hoje" veja abaixo a programação da semana.

MEMÓRIAS DA DITADURA E DA TRANSIÇÃO: PERMANÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS HOJE		28/10	Palestra de Abertura 20h00 Anistia e Justiça de Transição. Mediação: Carla Reis Longhi (PUC-SP)	AUDITÓRIO 117 A ERBM
29/10	Mesas:		Debates: Anistia e Justiça de Transição. 19h30 - 22h30	
Ditadura, Ditaduras: Violência Institucional na América Latina 09h00 - 12h00 Everaldo de Oliveira Andrade (USP) Ival de Assis Cripa (UNIFIEO) Mediação: Vera Lúcia Vieira (PUC-SP)		Renan Honório Quinalha (USP) Mediação: Lauro Ávila Pereira (PUC-SP)		
30/10	Mesa:	Apresentação de filme e debate:		
Comissões da Verdade e Memória 09h00 - 12h00 Heloísa de Faria Cruz (PUC-SP) Rogério Sottili (Secretaria Municipal Direitos Humanos SP) Virgínia Barros (Presidenta da UNE) Mediação: Yvone Dias Avelino (PUC-SP)		<u>O Dia que Durou 21 Anos.</u> 19h30 - 22h30 Camilo Galli Tavares		
31/10	Mesas:		Memórias: da Ditadura ao Golpe. 19h30 - 22h30	
O que restou da ditadura 09h00 - 12h00 Paula Sacchetta (Jornalista e Cineasta) Lira Alli (Levante Popular da Juventude) Mediação: Antonio Rago Filho (PUC-SP)		Yvone Dias Avelino (PUC-SP) Lauro Ávila Pereira (PUC-SP) Thais Dourado (PUC-SP) Mediação: Luiz Antonio Dias (PUC-SP)		

Evento discute trabalho do assistente social na América Latina

A conferência "Formação e trabalho profissional da/o Assistente Social em Cuba e na América Latina" acontece no dia 28/10, terça-feira a partir das 19h, no auditório 333. O evento contará com a presença da professora Lourdes de Urrutia Barroso, da Universidad de la Habana, o debate trará elementos sobre a importância da profissão nos países da América do Sul e fundamentalmente de Cuba. O evento é organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e pelo curso de graduação em Serviço Social da PUC-SP.

Nu-Sol realiza aula-teatro 16

A 16ª edição da aula-teatro do Núcleo de Sociabilidade Libertária, Nu-Sol, acontece nos dias 3 e 4/11, às 19h30 no Tucarena. O tema da vez é "a céu aberto - controles, direitos, segu-

ranças, penalizações e liberdades", e os ingressos para a participação devem ser retirados às 18h30 do dia da apresentação. Para mais informações, acesse www.nu-sol.org.

AFAPUC solicita esclarecimentos sobre depósito em juízo

A AFAPUC solicitou à Fundasp esclarecimentos sobre o depósito em juízo feito pela PUC-SP para pagamento do abono da participação de lucros e resultados. A Fundasp alegou na semana retrasada que o pagamento seria feito em juízo em

virtude de dúvidas quanto a manutenção da filantropia caso tal pagamento fosse efetuado. Nesse sentido, a AFAPUC solicita que a Fundasp informe o número do processo do depósito em juízo para eventuais encaminhamentos

Serviço Social promove apresentação do curso

No dia 1/11 acontece uma roda de conversa entre professores, alunos e interessados em cursar Serviço Social na PUC-SP. Com o objetivo de debater o papel do assistente social, a importância do curso, as disciplinas e outras ques-

tões envolvendo a PUC-SP, o debate acontece a partir das 9h no Auditório 100 do Prédio Novo no Campus Monte Alegre. Os interessados devem confirmar sua presença até o dia 30/10 pelo email servicosocialenapuc@gmail.com.

CEMAP-INTERLUDIUM convida para o lançamento do livro

CONTRADIÇÕES QUE MOVEM A HISTÓRIA DO BRASIL E DO CONTINENTE AMERICANO



Diálogos com VITO LETIZIA

Dia 28/10/2014, às 19h30

APROPUC/São Paulo

Debatedores: Isabel Loureiro e Antonio Rago

Mediação: José Arbex Jr.

